

Como sair da armadilha da indexação

*João Paulo dos Reis Velloso **

Criou-se, na economia, um monumental *imbroglio* com a decisão, incluída no Plano Collor II, de proibir a adoção de índices de preços para indexar compromissos de prazo inferior a um ano.

Com inflação entre 6 e 8% ao mês (o patamar atual), proibições desse tipo não funcionam, e os agentes econômicos se "viram" de todas as formas, como cobaias sublevadas. A saída mais fácil vinha sendo a adoção da TR como indexador. A decisão do Supremo, considerando inconstitucional o seu uso para tal fim, criou um vazio jurídico que ameaça o programa de estabilização.

É preciso entender por que o País, desde o fracasso do Plano Cruzado, está enredado num cipoal. Isso se deve à incapacidade de superar duas armadilhas típicas de inflação cronicamente elevada, como a nossa. A primeira, a "inércia inflacionária", consiste na realimentação gerada pela indexação generalizada, à base da taxa inflacionária anterior. Seu efeito é impedir a queda da inflação. A segunda, as expectativas aceleracionistas, resulta do medo de novos choques e da perda de credibilidade. Seu efeito é elevar a inflação rapidamente, sempre que há problema com o programa de estabilização.

A saída para essas armadilhas é uma só: convencer a sociedade de que o Governo tem sob controle as causas básicas da inflação (déficit público, expansão da moeda) e, dado esse controle, obter dos agentes econômicos — empresários e sindicatos de trabalhadores — que aceitem reajustes de preços e salários inferiores à taxa de inflação anterior. O argumento é convincente: se estão controladas as pressões

inflacionárias fundamentais, por que continuar a ciranda de reajustes automáticos, que só fazem eternizar a inflação passada, sem proveito para ninguém e sacrificando o crescimento?

O problema está em ter credibilidade para promover tal solução. E essa credibilidade, como temos repetido, só virá através da *previsibilidade* da política de estabilização. Isto é, da abstenção, pelo Governo, de produzir qualquer novo choque (inclusive o da dolarização) ou modificação brusca das regras do jogo. Qualquer mudança, como, por exemplo, a reforma fiscal, tem de ser discutida previamente, com o Congresso e a sociedade.

Acreditamos estar a atual equipe econômica nesse rumo, e por isso mesmo vem ela conquistando credibilidade. Sem embargo, a armadilha da inércia inflacionária ainda está de pé, em razão da inflação alta, talvez ascendente. Isso coloca o problema da necessidade de algum esquema de reajustes de salários e preços. Mesmo porque o que o governo pode anunciar é que está procurando fazer um reajuste fiscal permanente e uma política monetária estável, e não que já os fez.

Para evitar a armadilha, a primeira diretriz deve ser fugir ao irrealismo de tentar impedir a indexação, se a inflação é elevada, como agora. Indexação vai haver, formal ou informal, e mensalmente. Com inflação de 8% ao mês, o acumulado no trimestre alcança 26% e seria socialmente intolerável impor essa perda de renda real a qualquer categoria.

A segunda diretriz é estabelecer que a periodicidade dos reajustes de preços e salários deve ser função da taxa de inflação. Por exemplo: com a inflação de até 2% ao mês (27% ao ano), reajuste semestral. Entre 2 e 5% ao mês (no último caso, 34% ao semestre), trimestral. Acima de 5% ao mês, mensal.

Nas circunstâncias atuais, a preocupação deve ser não de evitar a indexação (inevitável e necessária), mas de impedir que se converta em armadilha, ou seja, obstáculo ao declínio do ritmo inflacionário.

O objetivo último a alcançar, no final do processo, é um sistema de reajustes livremente negociados entre as partes (com interferência de governo apenas para evitar práticas cartelizantes). Constitui essa a regra de funcionamento normal do mercado, quer para salários ou preços, em regime democrático. Mas com inflação alta e memória recente de hiperinflação, tal liberalização rápida não seria, no momento, sustentável: há o risco de explosão inflacionária, mesmo com a recessão, e de volta ao controle total.

O que se deve, pois, fazer no presente estágio é evoluir de um simples casuismo para a negociação de critérios de ajustes que conciliem duas preocupações. De um lado, a preservação dos valores médios reais (e não do valor-pico) do período anterior. De outro, a necessidade de tender a taxas declinantes de inflação.

No caso dos salários, a negociação deve voltar-se também para o objetivo de trocar salário por emprego. Ou seja, de aceitar reajustes menores em troca de garantia de emprego, conforme a situação do setor e da empresa. Como as próprias lideranças do PT estão começando a reconhecer, a insistência em reajustes nominais muito elevados leva apenas a inflação ascendente, com queda do salário real médio e mais desemprego. A hora de elevar os salários reais será quando a inflação estiver contida e o crescimento em marcha sustentável. Mas precisamos ainda chegar lá.